

A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA E AS REFLEXÕES EM BUSCA DA (RES)SIGNIFICAÇÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA

Raqueline Chaves de Araújo (1); Jackeline Sousa Silva (2); Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro (3)

Universidade Federal de Campina Grande. Emails: raqueline.chaves@hotmail.com (1); jackeliness23@hotmail.com (2); onireves10@gmail.com (3)

Resumo: Este artigo traz uma discussão sobre o ensino de Gramática nas aulas de Língua Portuguesa, buscando proporcionar reflexões sobre a ressignificação do trabalho desenvolvido em sala de aula. A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade de tornar a Gramática um saber linguístico contextualizado com o texto e com o discurso, frente às diversas transformações existentes na área das linguagens. O objetivo geral desse trabalho é ampliar os conhecimentos acerca do ensino de Gramática, buscando proporcionar novas significações do trabalho desenvolvido em sala de aula. Como objetivos específicos, pretendemos: conhecer a trajetória dos estudos gramaticais, desde os modelos mais antigos até os estudos contemporâneos; apresentar um conceito formal para os principais tipos de gramática; refletir sobre a essencialidade do ensino de gramática na escola e, por fim, apresentar as principais referências adotadas para o ensino de gramática. Para isso, fizemos uso de uma metodologia de pesquisa de natureza básica, cujos procedimentos técnicos constaram de: pesquisa bibliográfica, com base nas contribuições teóricas de autores que possuem respaldo nos estudos gramaticais; e levantamento, a partir de um questionário aplicado a duas professoras, a fim de conhecer as referências utilizadas para o ensino de Gramática na escola. O estudo realizado nos permite concluir que incorporar ao ensino de Língua Materna os vários tipos existentes de gramática, inclusive as produzidas pelos linguistas, proporciona aos alunos o desenvolvimento da capacidade crítica e das habilidades com a leitura, a oralidade e, conseqüentemente, com a escrita, na busca de entender as reais necessidades de se aprender a língua de origem.

Palavras-chave: Gramática, Ressignificação, Ensino, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa, especialmente no que concerne à Gramática, vem sendo motivo de calorosas discussões no âmbito da educação. Não raro, vemos alunos dizendo que não gostam de estudar essa disciplina e que a gramática é muito difícil. Isso resulta em um grande desafio para os docentes: *como ensinar Gramática de uma forma que os alunos sintam prazer em aprendê-la?* E, em meio a tantas discussões e renovações nas práticas docentes, e à aversão dos alunos pela Gramática, surge também uma angustiante dúvida: *afinal, devo ou não devo ensinar gramática na escola?*

Para superar esse desafio e encontrar respostas para suas dúvidas, resta ao professor de Língua Portuguesa um caminho: investir em sua formação docente, buscando aperfeiçoar os conhecimentos que estão diretamente ligados à sua área de atuação, a fim de melhor se preparar para auxiliar seus alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Este trabalho tem como objetivo geral: ampliar os conhecimentos acerca do ensino de gramática, buscando proporcionar uma ressignificação do trabalho desenvolvido em sala de aula. Como objetivos específicos, pretendemos: conhecer a trajetória dos estudos gramaticais, desde os modelos mais antigos até os estudos contemporâneos; apresentar um conceito formal para os principais tipos de gramática; refletir sobre a essencialidade do ensino de gramática na escola; e apresentar as principais referências adotadas para o ensino de gramática.

Para isso, fizemos uma pesquisa bibliográfica, baseando-nos em autores que possuem grande respaldo na área dos estudos gramaticais, como Faraco (2008), Travaglia (2009), Neves (2011) e outros. Fizemos também um levantamento, a partir de um questionário aplicado a duas professoras de escolas e turmas diferentes, dos anos finais do Ensino Fundamental, a fim de conhecer as referências utilizadas para o ensino de Gramática na escola.

Por fim, vale ressaltar que esses estudos foram desenvolvidos a partir da (des)construção de conceitos proporcionada pela disciplina Gramática, Variação e Ensino, do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, que nos conduziu a essa pesquisa e, conseqüentemente, a reflexões visando à (res)significação do ensino de gramática na escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

A evolução da Gramática através dos tempos

De acordo com as pesquisas realizadas sobre o ensino e a aprendizagem das várias faces da Língua Portuguesa, o estudo desse “bicho-papão” denominado *gramática*, “passa inicialmente por povos como os Babilônicos, os hindus e os chineses” (FARACO, 2008, p. 130). Contudo, a gramática que hoje conhecemos foi criação da cultura greco-romana. Segundo Faraco (2008, p. 143),

esses povos eram apaixonados por tudo o que envolvia a linguagem, já que os debates políticos e as práticas jurídicas, que eram duas das suas mais fortes características, necessitavam do domínio das habilidades de fala para argumentarem em público e vencer as disputas diante dos expectadores.

O autor relata, ainda, que foi a partir de pesquisas em coleções de manuscritos de origem grega, reunidas na Biblioteca de Alexandria, que se constituiu a tradição normativa ocidental do estudo da língua. E foram os estudos criteriosos desses textos, pelos eruditos alexandrinos, que passaram a formar um ramo específico do conhecimento: a gramática.

Nesse contexto, destaca-se Varrão (I séc. a. C.), cujo modelo de gramática grega aplicada ao latim, proposta depois ao latim padrão, clássico, influenciou as gramáticas que surgiram posteriormente. Segundo Silva (2000, p. 19), Varrão era considerado discípulo dos alexandrinos, e sua visão de gramática era aplicada como a “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas”.

Faraco (2008, p. 148) relata que “no Brasil, esse modelo foi trazido pelos jesuítas no século XVI, com a colonização lusitana”. Posteriormente, foi debatido pelos letrados brasileiros após a independência política – ainda como imitação do padrão escrito de Portugal, mas já com alguns defensores de um português propriamente brasileiro, afinal os especialistas observavam que havia muitas diferenças entre o nosso modo de falar e o modo de falar dos portugueses.

É perceptível a sobrecarga de dúvidas que ficam instaladas nas mentes dos nossos alunos, já que, enquanto professores da língua materna, não estamos conseguindo fazer com que eles diferenciem o que é “certo” e o que é “errado”, ao falar ou escrever. Diante disso, é preciso, como educadores, desenvolvermos um ensino de gramática mais eficaz.

Frente a essas condições, Neves (2011, p. 17) questiona: “que gramática se tem trazido para dentro das salas de aula, e que gramática se há de oferecer ao aluno?”. Segundo a autora, uma das questões mais problemáticas, é entender de que gramática se fala quando a perspectiva de exame é o tratamento escolar.

Em busca de um conceito formal de Gramática

No ensino contemporâneo, é necessário esclarecer bem sobre a função da Gramática da língua Portuguesa, sua utilidade, para não causar distanciamento dos alunos diante dela. Para Neves (2011, p. 29), é possível ir desde a ideia de gramática como “mecanismo geral que organiza as línguas” até a ideia de gramática como “disciplina”, e, neste último caso, não se pode ficar num conceito único, sendo necessária uma incursão por múltiplas noções, já que são múltiplos os tipos de “lições” que uma gramática da língua pode fornecer.

Travaglia (2009, p. 35) relata a existência de uma *Gramática Geral*, a qual ele define citando Borba (1971, p. 81), como aquela que

compara o maior número possível de línguas, com o fim de reconhecer todos os fatos linguísticos realizáveis e as condições em que se realizarão. Não se preocupa com o realizado, mas com as possibilidades que estão por trás dele – é uma gramática de previsão de possibilidades gerais.

Reforçando esse conceito, Perini (1976, p. 24) *apud* Travaglia (2009, p. 35-36) aponta essa gramática como “uma parte da definição de ser humano”, uma vez que se entende que “os traços comuns a todas as línguas humanas são com toda probabilidade decorrentes de traços característicos da mente humana”.

Dessa forma, é importante conhecermos a existência de uma gramática que detenha uma abordagem tão abrangente, que considera que há traços comuns em todas as línguas, mas que procuremos também compreender os traços peculiares que compõem a variação que acompanha a nossa língua.

Devemos ter o cuidado de não isolar de outras atividades os conhecimentos gramaticais no ensino proposto pelas escolas no modelo atual de educação, baseando-se em métodos antigos de simples memorização. Nesse sentido, Faraco (2008, p. 158) defende a ideia de que estudar um conjunto de temas gramaticais [...] pelo simples fato de estudá-los – prática corriqueira e tradicional da escola – não tem a menor razão.

Quando se fala em ensino de gramática hoje, remete-se à indagação sobre qual tipo de gramática deve ser trabalhada em sala de aula. Para Travaglia (2011, p. 9) “a gramática não é um fato ou fenômeno singular, mas um fato ou fenômeno plural. Assim sendo, seu ensino nunca poderá ser algo que tem uma abordagem, finalidade ou metodologia única”. E diz ainda que “como profissionais da língua, precisamos estar preparados para trabalhar com esta pluralidade”.

Além disso, é relevante lembrar que o indivíduo já possui uma gramática internalizada desde tenra idade, mesmo aquele que consideramos não escolarizado a desenvolve implicitamente, e o considerado escolarizado vai aprimorando diante das experiências linguísticas às quais é submetido. Essa gramática internalizada é o objeto de estudo de outros tipos de gramática, segundo Travaglia (2009, p. 32). Por isso, nesse estudo nos deteremos nas definições de apenas três diferentes tipos de gramática de acordo com variadas correntes e teorias linguísticas: a gramática normativa; a gramática descritiva; e a gramática pedagógica.

Gramática Normativa

Há muito tempo, somos conhecedores de um ensino gramatical nas escolas voltado para o estudo das classes gramaticais, isoladas, baseadas apenas na língua escrita. Mas, a partir da década de 1960 alguns teóricos linguistas conseguiram expor seus pensamentos e

pesquisas nos cursos de Letras e a gramática tradicional deixou de ser a única referência da Língua Portuguesa.

Esse tipo de ensino é nomeado por Travaglia (2009, p. 30) como *gramática normativa*, aquela que se baseia, em geral, “mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta”. É essa a gramática que corrige o uso da língua através de regras pautadas na norma padrão, única variedade considerada válida tanto no falar quanto no escrever.

Franchi (2006, p. 16) define a gramática normativa como “o conjunto de normas para bem falar e bem escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores”. O autor relata que esse modelo de gramática tem raízes muito antigas, como acontece com os gramáticos do século XVII.

Ainda hoje, alguns professores de língua materna desconhecem os outros tipos de gramática e acabam sistematizando suas aulas com base apenas nessas regras gramaticais normativas, transformando-as praticamente em doutrina, em obrigatoriedade absoluta, com atividades cansativas e sem sentido, contribuindo para tornar os alunos amedrontados dentro do espaço da sala de aula onde eles deveriam sentir-se livres e tranquilos para aprenderem o que é necessário a eles.

Porém, sabemos que a aplicação das normas deve existir, só que de forma mais real, mais prática, levando em consideração o contexto da variedade da língua em que o aluno está inserido socialmente, sem tachá-lo de correto ou errado, afastando-o cada vez mais da escola.

Gramática Descritiva

Por ainda se prender ao ensino de gramática normativa ou tradicional, uma quantidade considerável de professores acaba não conhecendo outros tipos de gramáticas merecedores de uma observação mais detalhada e, conseqüentemente, de uma aplicação mais intensa nas escolas do Brasil.

Um exemplo disso é a gramática descritiva, definida por Travaglia (2009, p. 32) como “a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos”. Então, os gramáticos descritivos trabalham com qualquer variedade linguística, dando preferência à forma oral, diferente da tradição normativa.

Nessa perspectiva, Possenti (1996, p. 65) afirma que a gramática descritiva "é a que orienta, o trabalho dos linguistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas".

Assim, enquanto a gramática normativa trata a língua como ela "deve ser", a gramática descritiva a trata como "o que ela é", considerando "erro" apenas aquilo que não faz parte sistemática de nenhuma variação linguística, já que há diferenças nos padrões de uso da linguagem pelos falantes de um mesmo idioma.

Gramática Pedagógica

A *Gramática Pedagógica*, cuja abordagem se dá sobre a formação do professor, adotando uma visão descritiva e histórica da língua ao invés da visão meramente prescritiva dos normativos, por ser destinada à formação inicial ou continuada dos profissionais do magistério, principalmente dos que lecionam a língua materna, "é abrangente nas suas descrições envolvendo todos os aspectos da língua desde o som até o discurso" (KLEIMAN e SEPULVEDA, 2014, p. 43). Por isso, ela "busca oferecer subsídios que levem o professor a refletir acerca do ensino de português na sala de aula com exemplificação vasta de usos autênticos, atividades práticas que mostram o funcionamento da fala e da escrita" (BAGNO, 2011, p. 26).

Para Bagno (2011, p. 14), "a gramática pedagógica é assim denominada porque foi pensada para colaborar com a formação docente". Segundo ele, quem exerce ou vai exercer a profissão docente precisa de conhecimentos fundamentais e não de conteúdos irrelevantes enraizados na sociedade burguesa do século XIX.

Sobre a utilização desse tipo de gramática no universo do ensino de Língua Portuguesa, Kleiman e Sepulveda (2014, p. 43) afirmam que "seria a solução ideal, se houvesse gramáticas pedagógicas baseadas nas descrições da Linguística, destinadas à comunidade escolar, que fossem exaustivas e abrangentes". A partir desse ponto de vista, as autoras (op. cit.) defendem a adoção de outro tipo de gramática que não seja a tradicional, pois esta "apresenta problemas tanto de concepção do objeto a ser ensinado quanto nas categorias e análises proposta".

Os elementos professor, objeto de ensino e aluno devem estar interligados para que se tenha um resultado significativo na aplicação dos conhecimentos gramaticais de acordo com a visão pedagógica aqui abordada, não separando de forma arcaica o "certo" do "errado", mas

sim mostrando os usos do português onde fala e escrita aparecem como entidades semelhantes e não isoladas uma da outra para a produção de sentido e a interação social.

O ensino de Gramática como essencial na escola

Os conteúdos gramaticais não devem ser retirados das aulas de língua materna, dada a sua importância para a norma culta, mas também não devem permanecer presos ao tradicionalismo e repassados de forma medieval, desprovidos de sentido tanto para quem ensina como para quem tenta aprender.

Nesse sentido, Faraco (2008, p. 157) defende que “a crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma culta/comum/*standard*”. Para o autor (idem, p. 158), “é necessário sempre uma ação reflexiva sobre a própria língua, integrando atividades verbais e o pensar sobre elas”. De modo geral, só existe sentido no estudo dos conteúdos gramaticais se estes tiverem uma funcionalidade efetiva, bem definida e compreendida por aqueles envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

É essencial que a escola, enquanto instituição preocupada com o desenvolvimento da educação tenha como objetivo não só repassar conceitos e definições conteudísticas, mas também usar as suas “armas” pedagógicas para preparar o aluno para uma vida em sociedade, pautada no exercício efetivo da cidadania. Sobre isso, Travaglia (2011, p. 13) diz que

A proposta de ensino de gramática que apresentamos e defendemos só faz sentido a partir do momento que se pressupõe que em nossas escolas queremos propiciar atividades de ensino/aprendizagem que permitam aos alunos se prepararem para a vida que têm e terão dentro de uma sociedade.

Utilizar textos oriundos dos mais diversos gêneros textuais contribui para um estudo gramatical contextualizado e funcional, abandonando a visão de estudo de conteúdos gramaticais de maneira isolada, sem objetividade na aplicação real, preso apenas a uma vasta lista de regras e exceções. Faraco (2008, p. 159) destaca essa última prática dizendo que a “aplicação de exercícios insossos e descontextualizados, é atividade inócua”.

Ainda sobre o ensino de gramática, os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais –, documento que norteia a prática docente para uma educação de qualidade, defendem que “a gramática não é, pois, o ponto base do ensino, já que os “fatos gramaticais” presentes nos textos lidos jamais deveriam ser apresentados ‘a priori’, mas derivados das observações feitas pelo aluno”. (BRASIL, 1998, p. 262).

Portanto, o ensino de gramática ganha uma nova perspectiva no século XXI, quando diversos teóricos a consideram um saber linguístico contextualizado com o texto e com o discurso, o que Neves (2011, p. 85) reforça ao afirmar que “não há discurso sem gramática, mas também não há gramática sem discurso”.

METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos desta pesquisa são classificados conforme Prodanov e Freitas (2013), que a definem como uma pesquisa de natureza básica, por produzir conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência. Com base nos objetivos traçados, classifica-se como descritiva, visto que observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador.

O método de abordagem empregado é o dedutivo, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 129) “sugere uma análise de problemas do geral para o particular”. Quanto aos procedimentos técnicos, partimos de uma pesquisa bibliográfica, já que a discussão teórica é respaldada em materiais já publicados. Para complementar nosso estudo, fizemos um levantamento, a partir de um questionário aplicado a duas (02) professoras de Língua Portuguesa da Rede Pública Municipal, que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental, em turmas e escolas diferentes. O questionário foi composto de quatro perguntas norteadoras, a fim de conhecer a visão das participantes sobre o ensino de gramática em sua prática docente, focando especialmente nas referências utilizadas em sala de aula.

Com abordagem qualitativa, a pesquisa revela os diversos significados presentes na gramática do português brasileiro, interpretando fenômenos relacionados à sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem ganhou como apoio o livro didático a partir de 1929, através do Instituto Nacional do Livro (INL), hoje Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, porém, esse suporte é usado por grande parte dos professores de português como única ferramenta nas suas aulas. Porém, Rojo (2003, p. 44) considera o livro didático como um “instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade”. Desse modo, ele não deve ser usado como o único suporte de interação entre professor e aluno, mas sim como algo

estabelecido para somar-se às diversas formas de conduzir a aprendizagem dada a sua importância.

Assim, antes de qualquer escolha entre autores e livros para serem trabalhados com os alunos em sala de aula, devemos respaldar os nossos objetivos no que preceituam os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, buscando sempre nos atualizarmos no que diz respeito à aprendizagem de língua materna. Afinal, são eles que nos orientam para facilitar a aplicação de pontos importantes das discussões teóricas mais recentes na área da educação, especificamente aqui, do português brasileiro.

Sobre o ensino de gramática na escola, os PCN (BRASIL, 1998, p. 28) defendem que

não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano não uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la.

Observa-se, com isso, que novamente que a gramática tradicional não pode ser a única referência como aconteceu em outros momentos da história da Educação brasileira quanto à língua materna, mas que “o que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos” (BRASIL, 1998, p. 29).

Diante disso, realizamos uma pesquisa sobre o ensino de gramática na escola com duas professoras de Língua Portuguesa da rede pública municipal que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental, em turmas e escolas diferentes. Nessa pesquisa, aplicamos inicialmente um questionário com quatro perguntas norteadoras, a fim de conhecer a visão destas sobre o ensino de gramática na prática docente de cada uma.

A pergunta inicial questionava sobre as referências delas para o ensino de gramática em sala de aula. Como respostas, as entrevistadas apontaram a *Novíssima gramática ilustrada*, de Sacconi (2008), porque apresenta exercícios com bastantes ilustrações e uma linguagem clara e simplificada, facilitando a compreensão do aluno na resolução das questões e causando uma maior empolgação na aprendizagem por envolver os conteúdos de maneira facilitadora e a obra de Sarmento (2012), *Gramática em textos*, por utilizar diversos tipos de

gêneros textuais para introduzir os conceitos gramaticais, propondo aos alunos uma contextualização entre teoria e prática.

Para consulta e estudos mais aprofundados das definições e termos que fazem parte do ensino de português na escola, perguntamos se elas faziam uso de outras obras que consideravam importantes nesse aspecto, as professoras apontaram Evanildo Bechara (2001), Celso Cunha e Lindley Cintra (2008), argumentando que estes trazem em suas gramáticas os conteúdos já conhecidos, discutindo e orientando sobre a própria língua portuguesa. Além dessas, foram citadas também a *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2014), que se constitui numa obra que vai além da descrição dos fatos da língua, pois aborda o português falado no Brasil, e o livro *Oficina de Gramática: metalinguagem para principiantes*, de Kleiman e Sepulveda (2014), que traz propostas de atividades já aplicadas, com o intuito de apresentar ao professor metodologias diversas.

O questionário as direcionou à pergunta sobre o fato de as obras utilizadas serem suficientes para complementar a formação docente delas, a fim de garantir um ensino produtivo de gramática. Nesse ponto, as duas revelaram que as referências citadas anteriormente vêm complementar a formação docente, mas que há sempre conhecimentos a se buscar, pois encontram em livros, como os citados, uma oportunidade de desenvolver um trabalho ainda mais completo da aquisição dos conteúdos de Língua Portuguesa por parte dos alunos.

Para finalizar, questionamos sobre o uso ou não de outros exercícios gramaticais além das atividades estruturadas que o livro didático traz, e observamos que na perspectiva de sempre procurar enriquecer os conhecimentos, há por parte das professoras o alinhamento entre atividades extras e as que vêm no próprio livro didático adotado pela escola. O livro adotado, por exemplo, pertence à Coleção *Projeto Teláris*, da Editora Ática, de autoria de Borgatto, Bertin e Marchezi (2012), elaborada com base no ensino por meio de gêneros, que abarcam especialmente a leitura de textos literários, a interpretação textual e a produção de textos orais e escritos e a reflexão sobre os usos da língua, a partir da seleção de conteúdos gramaticais, que contemplam apenas uma atividade por conteúdo, fazendo-se, necessário, portanto, que o docente disponha de formação adequada, que lhe permita elaboração atividades que complementem o que traz o livro didático, de forma a atender satisfatoriamente as necessidades de aprendizagem dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desta pesquisa, constatamos que nossos objetivos foram alcançados, pois nos permitiram aprofundar nossos conhecimentos sobre o ensino de gramática, e refletir sobre novas formas de construí-lo com os alunos.

O ensino tradicional de gramática tem se tornado inconsistente com o passar dos anos, frente às novas características das gramáticas apresentadas pelos linguistas, pois os diversos tipos existentes não transmitem apenas normas, mas interpretações que buscam outros sentidos para o uso da língua materna.

Obviamente, nas discussões presentes neste estudo, o ensino de gramática normativa não foi apontado como desnecessário, muito pelo contrário. O professor deve, sim, ensinar gramática na escola, através de métodos mais atrativos e eficazes para a aprendizagem discente, que possibilite aos alunos analisar e refletir sobre os fatos da língua de uma forma prazerosa, uma vez que esse ensino seja significativo para os mesmos.

Um fato não menos relevante está relacionado à formação do professor de Língua Portuguesa, pois o mesmo precisa receber condições de aperfeiçoar os seus conhecimentos para repassar aos alunos os aspectos verdadeiramente importantes nos estudos da língua, como afirma Travaglia (2009, p. 237): “o professor deve procurar uma visão abrangente da língua para que seu caráter sistemático dê forma sistematizada ao ensino da língua”.

Incorporar ao ensino de língua materna os vários tipos existentes de gramática, inclusive as produzidas pelos linguistas, demonstra a preocupação do professor com a qualidade daquilo que ele expõe em sala de aula. Afinal, com quanto mais estratégias de aquisição da aprendizagem o aluno se depara, mais ele percebe as variações na própria língua.

Ao final desse estudo, reforçamos nossa visão sobre o que representa o ensino de gramática na escola, como essencial para a aprendizagem do aluno e para sua vivência na sociedade, enquanto conhecedor das variações existentes na língua, dos fatores que nelas interferem e das situações de uso dessas variações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretária de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FRANCHI, C. Mas o que é mesmo “gramática”? In: POSSENTI, Sírio (org.). **Mas o que é mesmo “gramática”?** 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KLEIMAN, A.; SEPULVEDA, C. **Oficina de Gramática**: metalinguagem para principiantes. Campinas, SP: Pontes Editora, 2014.

NEVES, M. H. de Moura. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso da língua portuguesa. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROJO, R. B. **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Gramática**: ensino plural. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, R. V. M. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2000.